

PLANO DE ATUAÇÃO 2026-2027

CAOPEL

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**PLANEJAMENTO
ESTRÁTÉGICO**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL**

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Herbet Gonçalves Santos

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

Antônio Iran Coelho Sório

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO

Luís Laércio Fernandes Melo

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Diassis Alves Leitão

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GOVERNANÇA

Grecianny Carvalho Cordeiro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORA-GERAL

Maria Neves Feitosa Campos

VICE-CORREGEDOR-GERAL

Luiz Alcântara Costa Andrade

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Francisco André Karbage Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL

Iuri Rocha Leitão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEPLAN

SECRETÁRIO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

Fabício Bello Soares

EQUIPE TÉCNICA

Alessa Vivianne Bezerra Carvalho – Gerente de Modernização Administrativa

João Paulo de Almeida Costa - Analista Ministerial

Marina de Castro Ribeiro Barbosa - Técnica Ministerial

Marciana Isabely Martins Pereira - Técnica Ministerial

Karine Silva Santos - Residente

Antonio Rhendson Barboza de Oliveira - Residente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

COORDENADOR

Igor Pereira Pinheiro

COORDENADORES AUXILIARES

João Batista Fontenele Neto

Mônia Dantas de Macedo

EQUIPE TÉCNICA

Gisele Pinheiro Moreira – Técnica Ministerial

Eduarda de Matheus Silva Guedes – Residente

Nathally de Almeida Gomes – Residente

Francisco Rubens Ribeiro Aragão – Residente

Antonia Santos Fontenele – Residente

Ingrid Louise Lima de Oliveira – Residente

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

APRESENTAÇÃO.....	5
METODOLOGIA	5
DIAGNÓSTICO	6
PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOPEL.....	7
PROGRAMA CONVERGÊNCIA.....	12
MAPAS ESTRATÉGICOS.....	14
CONCLUSÃO.....	15

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos Planos de Atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Recomendação nº 01/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que incentiva a adoção de instrumentos de planejamento e gestão capazes de fortalecer a atuação estratégica, a resolutividade e a unidade institucional.

Os Planos de Atuação constituem instrumentos de gestão destinados a promover o alinhamento entre as ações desenvolvidas pelas unidades e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Por meio deles, busca-se transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, orientando a atuação ministerial para resultados efetivos e para a geração de valor à sociedade.

Além de fortalecer a cultura do planejamento, esses instrumentos contribuem para a priorização de temas relevantes, a definição de metas e ações, o acompanhamento dos resultados e a melhoria contínua da atuação institucional. Sua construção deve considerar as especificidades de cada unidade, os desafios do contexto de atuação e as demandas da sociedade, sempre em consonância com a missão constitucional do Ministério Público e com vistas ao fortalecimento da atuação resolutiva, integrada e estratégica do Ministério Público do Estado do Ceará.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Atuação foi conduzida por meio de uma metodologia participativa, estruturada em etapas sucessivas de diagnóstico, análise estratégica e construção colaborativa das propostas de atuação.

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos macrotemas relevantes para a área de atuação, os quais serviram de base para a definição do escopo do diagnóstico e para a construção dos instrumentos de coleta de dados. A partir desse trabalho preliminar, foi elaborado um formulário eletrônico na plataforma Microsoft Forms (Microsoft 365), direcionado a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará, com foco nas temáticas eleitorais e em aspectos de atuação transversal relacionados à área.

A coleta de informações ocorreu em maio de 2026, mediante a aplicação de questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando perguntas de múltipla escolha, escalas de percepção e espaços destinados ao registro de contribuições qualitativas. O objetivo foi obter

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

um panorama abrangente sobre os principais desafios, oportunidades, necessidades e perspectivas identificados pelos membros do Ministério Público em sua atuação cotidiana.

Concluída a fase de coleta, os dados foram sistematizados e analisados sob diferentes perspectivas. Além da avaliação individual dos resultados, foram realizadas análises cruzadas entre variáveis e aplicada a metodologia da Matriz SWOT, possibilitando a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à área temática. Os achados dessa etapa subsidiaram a definição dos eixos estratégicos e dos programas que estruturam o presente Plano de Atuação.

Na etapa seguinte, foram realizadas, em agosto de 2026, as Oficinas de Elaboração dos Planos de Atuação, reunindo representantes da área para a construção colaborativa das propostas. Durante os encontros, foram aplicadas dinâmicas voltadas à definição do propósito institucional da área, dos objetivos específicos e das soluções estratégicas consideradas prioritárias para o período de vigência do plano.

Por fim, as contribuições obtidas nas oficinas foram consolidadas, organizadas e submetidas ao processo de validação final, resultando no presente Plano de Atuação, que traduz a visão compartilhada dos participantes e estabelece as diretrizes, programas e iniciativas voltados ao fortalecimento da atuação institucional na área eleitoral.

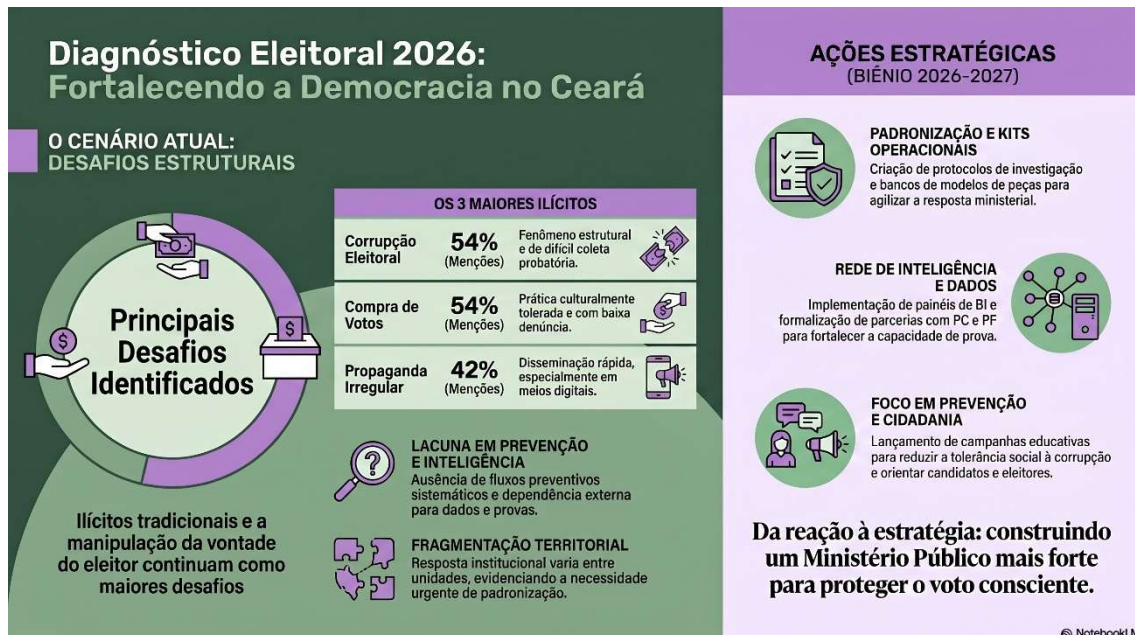
DIAGNÓSTICO

A análise realizada evidencia que a atuação eleitoral no âmbito do MPCE se desenvolve em um contexto de alta incidência de ilícitos tradicionais, especialmente corrupção eleitoral, compra de votos e propaganda irregular, coexistindo com fragilidades estruturais relevantes, como ausência de fluxos padronizados, baixa institucionalização da prevenção e limitações significativas na produção e uso de inteligência. Ao mesmo tempo, o diagnóstico revela uma clareza consistente por parte dos membros sobre os problemas enfrentados e sobre as soluções necessárias, destacando demandas objetivas por padronização, capacitação e fortalecimento da articulação institucional.

Nesse cenário, o conjunto de dados indica não apenas desafios, mas também uma oportunidade concreta de transformação institucional, a partir da organização de instrumentos operacionais, da integração entre áreas e do alinhamento com diretrizes nacionais. Assim, o diagnóstico cumpre seu papel de evidenciar prioridades e orientar decisões estratégicas, apontando que o

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

fortalecimento da atuação eleitoral no MPCE depende, essencialmente, da transição de um modelo reativo para um modelo estruturado, preventivo e orientado por dados.



PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOPEL

EIXO TEMÁTICO: ELEITORAL

Propósito da Unidade

Fomentar a defesa da integridade do regime democrático, por meio do fortalecimento institucional, da educação eleitoral e do combate aos ilícitos eleitorais, inclusive com a participação da sociedade civil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Específico nº 1: Estruturar a atuação institucional na prevenção e repressão à tentativa de infiltração/expansão das ORCRIMs no processo eleitoral, bem como à responsabilização efetiva pela prática da corrupção nas eleições, violência política de gênero e assédio eleitoral

Soluções propostas

1. Projeto CAOPEL Educa

Objetivo

Promover a educação para a cidadania e a conscientização sobre a importância da integridade do processo eleitoral, fortalecendo a cultura democrática e estimulando a participação social na prevenção de ilícitos eleitorais.

Escopo

- Desenvolvimento de material educativo sobre: combate à corrupção eleitoral, enfrentamento à atuação de organizações criminosas nas eleições, violência política de gênero, assédio eleitoral e direitos políticos e eleitorais da população.
- Realização de palestras, oficinas e ciclos de formação para estudantes, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil, agentes públicos, membros e servidores do MP.
- Produção de campanhas digitais e audiovisuais.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

- Criação de cartilhas e conteúdos para redes sociais.
- Promoção de ações em escolas e universidades em parceria com instituições de ensino.

Indicadores de Resultado

- Índice de percepção de confiança no processo eleitoral
- Percentual de municípios alcançados pelas ações educativas

2. Realização de Audiência Pública para Conscientização de Direitos Políticos de Gênero

Objetivo

Fomentar o debate institucional e social sobre a participação política das mulheres, a violência política de gênero e os mecanismos de proteção e responsabilização previstos na legislação.

Escopo

- Realização de audiências públicas regionais ou estadual.
- Escuta qualificada de: mulheres na política, representantes de partidos políticos, movimentos sociais, academia, órgãos de controle e sistema de justiça.
- Levantamento de desafios locais relacionados à participação feminina na política.
- Divulgação de boas práticas de prevenção e enfrentamento da violência política de gênero.
- Produção de relatório consolidado contendo propostas, recomendações e encaminhamentos para atuação ministerial.

Indicadores de Resultado

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL**

- Percentual de participantes que ampliaram o conhecimento sobre violência política de gênero
- Quantidade de instituições que assumem compromissos formais após o evento
- Número de encaminhamentos institucionais gerados

3. Projeto Eleições Limpas

Objetivo

Fortalecer a prevenção, identificação e responsabilização de práticas ilícitas que comprometam a legitimidade e a lisura do processo eleitoral.

Escopo

- Elaboração de protocolo institucional de monitoramento de riscos eleitorais.
- Capacitação de Promotores Eleitorais.
- Criação de canal de disseminação de orientações e alertas.
- Produção de notas técnicas e manuais de atuação.
- Mapeamento de fatores de risco para: compra de votos, abuso de poder econômico, abuso de poder político, financiamento ilícito e influência de organizações criminosas.
- Estímulo à participação social para recebimento de denúncias qualificadas.
- Atuação integrada com órgãos de segurança pública e justiça eleitoral.

Indicadores de Resultado

- Alcance da plataforma digital (usuários ativos)
- Número de pessoas capacitadas, segmentadas por público (aplicativo, redes sociais, encontros comunitários, ciclos formativos)
- Número de denúncias eleitorais qualificadas.

4. Programa de Integridade Político-Partidária

Objetivo

Estimular a adoção de mecanismos de integridade, transparência e conformidade pelos partidos políticos e candidatos, contribuindo para a prevenção da corrupção eleitoral e da influência de organizações criminosas.

Escopo

- Construção de guia de integridade partidária.
- Disseminação de boas práticas de governança política.
- Promoção de seminários e capacitações para dirigentes partidários.
- Incentivo à adoção de: códigos de ética, canais de denúncia, regras de prevenção de conflitos de interesse e mecanismos de transparência financeira.
- Desenvolvimento de instrumentos de autodiagnóstico de integridade.
- Publicação de recomendações ministeriais.

Indicadores de Resultado

- Número de partidos aderentes ao programa
- Quantidade de compromissos formais firmados
- Redução de ocorrências relacionadas aos temas trabalhados

5. Convênio Universitário para Prática Jurídica Eleitoral

Objetivo

Estabelecer cooperação com instituições de ensino superior para desenvolvimento de atividades acadêmicas e práticas voltadas à promoção da integridade eleitoral, fortalecimento da democracia e apoio à atuação institucional.

Escopo

- Celebração de convênios com universidades.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

- Criação de núcleos de prática jurídica eleitoral.
- Desenvolvimento de projetos de extensão universitária.
- Realização de pesquisas aplicadas sobre: corrupção eleitoral, violência política de gênero, assédio eleitoral, atuação das organizações criminosas no ambiente político-eleitoral.
- Elaboração de diagnósticos regionais.
- Produção de estudos e materiais técnicos de apoio ao Ministério Público.
- Promoção de eventos científicos e concursos acadêmicos temáticos.

Indicadores de Resultado

- Número de universidades conveniadas
- Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos
- Quantidade de pesquisas ou trabalhos produzidos

PROGRAMA CONVERGÊNCIA

O **Programa Convergência** constitui uma estratégia institucional de atuação integrada e coordenada, destinada a mobilizar diferentes órgãos e unidades do Ministério Público em torno de temas prioritários e de elevada relevância social. Seu propósito é promover a convergência de esforços, fomentar a cooperação interinstitucional e potencializar resultados por meio da implementação de projetos e iniciativas alinhados a um objetivo comum.

Para o ciclo de 2027, o Programa Convergência elegeu como temática prioritária o **Combate às Organizações Criminosas (ORCRIMs)**, em razão do crescente impacto dessas estruturas sobre a ordem pública, a administração pública, a atividade econômica e as instituições democráticas. O fenômeno da criminalidade organizada tem se tornado cada vez mais complexo, caracterizando-se pela diversificação de suas formas de atuação e pela busca de influência sobre espaços de poder político e decisório, inclusive no âmbito eleitoral.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ELEITORAL

Uma das estratégias utilizadas por organizações criminosas para ampliação e consolidação de seu poder consiste na influência ou infiltração em processos políticos e eleitorais, seja por meio do financiamento ilícito de campanhas, da cooptação de agentes políticos, da utilização de recursos de origem criminosa ou da interferência indevida sobre a liberdade do voto e a legitimidade das eleições.

O Projeto **Eleições Limpas** contribui diretamente para a temática do Programa Convergência ao promover ações de prevenção, detecção e enfrentamento de ilícitos eleitorais que podem servir de instrumento para a atuação das organizações criminosas. Por meio da capacitação de agentes públicos, da disseminação de informações, do fortalecimento dos canais de denúncia e da atuação preventiva junto à sociedade, o projeto busca reduzir vulnerabilidades do processo eleitoral, fortalecendo mecanismos de controle social e institucional capazes de identificar situações de corrupção eleitoral, abuso de poder econômico e possíveis tentativas de influência criminosa nas eleições.

Por sua vez, o **Programa de Integridade Político-Partidária** atua sobre uma dimensão estrutural da prevenção. A iniciativa busca estimular partidos políticos e seus dirigentes a adotarem mecanismos de governança, transparência, ética e conformidade, fortalecendo barreiras institucionais contra práticas ilícitas e reduzindo os riscos de captura de estruturas partidárias por interesses criminosos. Ao incentivar a implementação de códigos de conduta, mecanismos de transparência, prevenção de conflitos de interesse e cultura de integridade, o programa contribui para o fortalecimento do ambiente democrático e para a proteção da atividade político-partidária contra influências indevidas.

Assim, ambos os projetos dialogam diretamente com o desafio finalístico do CAOPEL relacionado à prevenção e repressão à infiltração e expansão das organizações criminosas no processo eleitoral, funcionando como instrumentos complementares de proteção da integridade democrática.

Dessa forma, a inserção desses projetos no Programa Convergência 2027 reforça o compromisso do Ministério Público com a defesa do regime democrático, a lisura das eleições e o enfrentamento estratégico das organizações criminosas, contribuindo para a preservação da legitimidade das instituições políticas e da soberania popular expressa pelo voto livre e consciente.

MAPAS ESTRATÉGICOS

Mapa Estratégico Nacional



Mapa Estratégico Setorial



CONCLUSÃO

O presente Plano de Atuação representa o compromisso do CAOPEL com o fortalecimento da integridade do processo eleitoral, da cidadania e da defesa do regime democrático. Construído de forma participativa e fundamentado em evidências obtidas junto aos membros do Ministério Público, o plano traduz os principais desafios da área eleitoral em objetivos estratégicos e iniciativas concretas voltadas à geração de resultados para a sociedade.

As ações propostas refletem a necessidade de evolução para um modelo de atuação cada vez mais preventivo, integrado e orientado por dados, combinando estratégias de educação eleitoral, fortalecimento institucional, participação social, produção de conhecimento e promoção da integridade político-partidária. Por meio dos projetos e programas definidos, busca-se ampliar a capacidade institucional de prevenir e reprimir a infiltração de organizações criminosas no processo eleitoral, combater a corrupção nas eleições, enfrentar a violência política de gênero e coibir o assédio eleitoral, contribuindo para a legitimidade das instituições democráticas e para a proteção da soberania popular.

A implementação deste plano exigirá atuação articulada entre os diversos órgãos do Ministério Público, instituições parceiras, sistema de justiça, comunidade acadêmica e sociedade civil, reconhecendo que a defesa da democracia constitui responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, os indicadores estabelecidos permitirão acompanhar a execução das iniciativas e avaliar seus resultados, garantindo maior efetividade, transparência e capacidade de aperfeiçoamento contínuo das ações desenvolvidas.

Ao final de sua vigência, espera-se que o conjunto das ações previstas contribua para uma atuação eleitoral mais resolutiva, uniforme e estratégica, fortalecendo o papel do Ministério Público do Estado do Ceará como instituição essencial à defesa da ordem democrática, da lisura das eleições e dos direitos fundamentais da população cearense.

Documento elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa, com apoio de Inteligência Artificial e validado pela área.